



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
TERCEIRA CÂMARA**

Processo n° 10768.018886/00-94
Recurso n° 151.190 Voluntário
Matéria IRPJ - Ex(s): 1998
Acórdão n° 103-23.546
Sessão de 14 de agosto de 2008
Recorrente LIQUID CARBONIC INDÚSTRIAS S.A.
Recorrida 8ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ I

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ

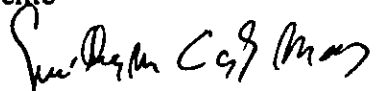
Exercício: 1998

Ementa: INCENTIVOS FISCAIS - PEDIDO DE REVISÃO DE ORDEM DE EMISSÃO DE INCENTIVOS FISCAIS – somente débitos não regularizados da pessoa jurídica originalmente interessada e contemporâneos à entrega da declaração de rendimentos impedem o deferimento ao pedido de revisão da ordem de emissão de incentivos fiscais. Débitos posteriores ou relativos à incorporadora não valem de fundamento para o indeferimento do pedido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por LIQUID CARBONIC INDÚSTRIAS S.A.,

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por maioria de votos, DAR provimento ao recurso, vencido o Conselheiro Luciano de Oliveira Valença (Presidente), que negava provimento em função do contribuinte não ter comprovado o atendimento dos requisitos legais na data da opção pelo incentivo fiscal. O conselheiro Antonio Carlos Guidoni Filho votou pela conclusão, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.


LUCIANO DE OLIVEIRA VALENÇA
Presidente


GUILHERME ADOLFO DOS SANTOS MENDES
Relator

Formalizado em: 18 DEZ 2008

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros Leonardo de Andrade Couto, Alexandre Barbosa Jaguaribe, Carlos Pelá, Rogério Garcia Peres (Suplente Convocado), Antonio Bezerra Neto e Antonio Carlos Guidoni Filho.



Relatório

DO PEDIDO INICIAL, DO INDEFERIMENTO E DA MANIFESTAÇÃO DE INCONFORMIDADE

O presente processo refere-se a pedido de revisão de ordem de emissão de incentivos fiscais, que foi indeferido pela autoridade local conforme despacho decisório de fls. 287 a 288. A manifestação de inconformidade foi apresentada às fls. 292 a 301.

Abaixo tomo de empréstimo o relatório elaborado pela autoridade julgadora de primeiro grau acerca das referidas peças:

Trata o presente processo de manifestação de inconformidade interposta pela interessada às fl. 292/301, em face do Despacho Decisório de fl. 287/288, que indeferiu seu Pedido de Revisão de Ordem de Emissão de Incentivos Fiscais – PERC, por considerar que a interessada não demonstrou a regularidade fiscal perante a Administração Pública Federal, estando com isso impedida de receber o benefício fiscal, tendo em vista o disposto no artigo 60 da Lei nº 9.069/95. Como irregularidade, o despacho decisório menciona, à fl. 287, as inscrições em Dívida Ativa da União (fl. 280/286), que são as seguintes: 70.2.04.003885-99, 70.6.04.005175-09, 70.7.04.001124-25, 70.2.04.008898-81, 70.6.04.011898-74, 70.6.96.024641-32, 70.2.97.003067-45, 70.6.97.003799-03, 70.7.97.002770-40, 70.6.97.075324-56, 70.6.04.004591-26, 70.7.04.000956-60, 70.6.04.021446-37, 70.7.04.003989-90, 70.2.97.025026-73, 70.7.04.002048-93 e 70.7.04.004665-88.

A interessada alegou em síntese que:

- Inicialmente, qualifica-se como WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA., incorporadora da sociedade empresarial Liquid Carbonic Indústrias S/A, fazendo a juntada dos documentos referentes à incorporação, fl. 322/338;
- Ressalta que à época da apresentação do pedido já estava regular, tendo atendido todas as exigências legais para o deferimento do pedido;
- Sustenta que, como resultado da incorporação, que sucedeu a incorporada em todos os seus direitos e obrigações, conforme disposto na Lei nº 6.404/76;
- Juntando jurisprudência acerca dos efeitos da incorporação, assinala ainda que, ocorrendo a incorporação, a incorporadora passa a ser única responsável pelas obrigações com o fisco e que a incorporação transfere para a sociedade incorporadora todos os direitos e obrigações da sociedade incorporada, que deixa de existir;

- Contesta as razões do indeferimento, fazendo a juntada da Certidão quanto à Dívida Ativa da União Positiva com Efeito de Negativa, fl. 346/349 em nome de White Martins Gases Industriais Ltda, Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, fl. 350/352, Certidão Positiva de Débitos com Efeito de Negativa – INSS, fl. 353/355 e Certidão Positiva de Débitos de Tributos e Contribuições Federais com Efeitos de Negativa, fl. 356/357;
- Destaca, ainda, que as inscrições apontadas pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional em nome da extinta sociedade empresarial Liquid Carbonic Industria S/A apresentam apontamentos inconsistentes e que, além disso, em razão da incorporação da sociedade empresarial, todos os direitos e obrigações foram transferidos à incorporadora, razão pela qual não pode prevalecer a exigência em nome da sociedade incorporada e extinta, posto que esta não possui mais personalidade jurídica e, assim, não mais pode ser titular de direitos e obrigações;
- Trata da inconsistência nas inscrições em Dívida Ativa da União, sustentando que a inscrição 70703002813-49 encontra-se inserida no PAES, não podendo assim ser impeditiva à concessão do benefício, e, quanto às inscrições 70204003885-99 e 70704001124-25, estas se encontram quitadas, juntando documentos às fl. 358/398;
- Por fim, alegando comprovar a plena regularidade fiscal da incorporadora e da incorporada requer a reforma da decisão impugnada, e que seja deferido o PERC em referência, posto estar em situação regular perante a PGFN, INSS, CEF (FGTS), SRF, o que comprova através da apresentação das devidas Certidões de Regularidade Fiscal ora acostadas.

Foram juntados aos autos as pesquisas de fl. 402 a 426.

Através da Resolução DRJ/RJO-I nº 38, de 22 de março de 2005, o julgamento foi convertido em diligência para que a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional do Rio de Janeiro esclarecesse o que segue:

- De acordo com pesquisa de fl. 417/426 ao Sistema CNPJ/Consulta/SRF, tem-se que: a empresa Carborio Indústria e Comércio Ltda (CNPJ 32.023.822/0001-84) foi incorporada em 01/10/1999 pela Liquid Carbonic Indústrias S/A (CNPJ 33.304.056/0001-99); a empresa Cilbras Empresa Brasileira de Cilindros Ltda (CNPJ 42.593.723/0001-91) foi incorporada em 01/11/2001 pela empresa White Martins Cilindros Ltda (CNPJ 35.756.055/0001-00); as empresas Liquid Carbonic Indústrias S/A (CNPJ 33.304.056/0001-99), Praxair Comércio e Participações Ltda (CNPJ 62.212.543/0001-20) e White Martins Cilindros Ltda (CNPJ 35.756.055/0001-00) foram incorporadas pela White Martins Gases Industriais Ltda (CNPJ 35.820.448/0001-36) em 01/04/2002, 02/12/2002 e 01/07/2003, respectivamente.
- Em face do exposto, solicitamos informar se os débitos de fl. 280/286, respectivamente, das empresas Liquid Carbonic Indústrias

S/A, Praxair Comércio e Participações Ltda, Carborio Indústria e Comércio Ltda e Cilbras Empresa Brasileira de Cilindros Ltda estão amparados pela Certidão quanto à Dívida Ativa da União Positiva com Efeito de Negativa relativa à empresa White Martins Gases Industriais Ltda (fl. 347/348), emitida em 04 de outubro de 2004.

De acordo com o Despacho (fl. 435) da PGFN/RJ – Divisão da Dívida Ativa da União, as inscrições elencadas nos documentos de fl. 280/286 não estão amparadas pela Certidão quanto à DAU de fl. 347/349.

Cientificada do Despacho, a interessada apresentou em 25/10/2005 resposta à intimação (fl. 443/445), relacionando as inscrições em Dívida Ativa mencionadas às fl. 280/286 e argumentando que tais inscrições não podem ser impeditivas à obtenção do PERC – Pedido de Revisão de Ordem de Emissão de Incentivos Fiscais, juntando documentos (fl. 446/640).

Em 26/10/2005, apresentou esclarecimentos adicionais à informação prestada em 25/10/2005 (fl. 641), juntando documentos sobre duas inscrições em Dívida Ativa da União.

Foram juntados aos autos Relatório Consulta Inscrição do Sistema CIDA/PGFN (fl. 682/722).

DA DECISÃO DE PRIMEIRO GRAU

A decisão recorrida (fls. 724 a 730) negou provimento à defesa pelos motivos expostos no voto do relator, cujos principais trechos abaixo transcrevo:

Dos autos, constata-se que a Delegacia da Receita Federal no Rio de Janeiro indeferiu o PERC da interessada considerando a falta de comprovação da regularidade da empresa junto à Administração Pública Federal, tendo em vista existência de inscrições em Dívida Ativa da União (fl. 280/286) a seguir relacionadas: 70.2.04.003885-99, 70.6.04.005175-09, 70.7.04.001124-25, 70.2.04.008898-81, 70.6.04.011898-74, 70.6.96.024641-32, 70.2.97.003067-45, 70.6.97.003799-03, 70.7.97.002770-40, 70.6.97.075324-56, 70.6.04.004591-26, 70.7.04.000956-60, 70.6.04.021446-37, 70.7.04.003989-90, 70.2.97025026-73, 70.7.04.002048-93 e 70.7.04.004665-88.

Assiste razão à interessada quando afirma, em sua manifestação de inconformidade, que a incorporação transfere para a sociedade incorporadora todos os direitos e obrigações da sociedade incorporada, que deixa de existir, e que, a incorporadora passa a ser única responsável pelas obrigações com o fisco. Portanto, conclui-se que a White Martins Gases Industriais responde junto ao Fisco pelos débitos existentes relativos às empresas que incorporou.

Da análise das dezessete inscrições citadas anteriormente, três são em nome da Liquid Carbonic Indústrias S/A (fl. 280), duas, em nome da Praxair Comércio e Participações Ltda, CNPJ 62.212.543/0001-20 (fl. 281), dez, em nome da Carborio Indústria e Comércio Ltda, CNPJ 32.023.822/0001-84 e 32.023.822/0002-65 (fl. 282/285) e duas, em

nome da Cilbras Empresa Brasileira de Cilindros Ltda, CNPJ 42.593.723/0001-91 (fl. 286). Quanto à primeira empresa, a própria petionária informa que a incorporou; no que tange à segunda, conforme pesquisa de fl. 420, foi incorporada pela White Martins Gases Industriais Ltda em 02/12/2002; relativamente à terceira, foi incorporada pela Liquid Carbonic Indústrias S/A em 01/10/1999, fl. 421 e, relativamente à quarta, foi incorporada pela White Martins Cilindros Ltda em 01/11/2001, que, por sua vez foi incorporada pela White Martins Gases Industriais Ltda em 01/07/2003 (fl. 420).

Portanto, a presente lide restringe-se à análise da existência ou não das referidas inscrições em dívida ativa à época da emissão do Despacho Decisório que indeferiu o pleito da interessada, não cabendo nova revisão da DIPJ apresentada ou o não reconhecimento do benefício pleiteado por outras razões que não àquelas referidas pela Delegacia de origem.

Assim, não aproveita à interessada a juntada de certidões do INSS, CEF (FGTS), SRF.

Ressalte-se ainda que, conforme Despacho da PGFN/RJ – Divisão da Dívida Ativa da União, do qual a interessada foi devidamente cientificada, as inscrições em dívida ativa da união cuja existência ensejaram o indeferimento do PERC não estão amparadas pela Certidão quanto à Dívida Ativa da União Positiva com Efeito de Negativa em nome da interessada juntada aos autos (fl. 348/349), visto que a emissão das certidões se faz por número de CNPJ.

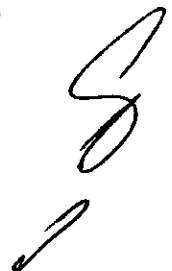
Da análise das alegações da interessada quanto às inscrições em Dívida Ativa (fl. 280/286 dos autos e letras a a v da manifestação de inconformidade - aditamento— fl. 443/445) combinado com o Relatório Consulta Inscrição – Sistema CIDA/PGFN (fl. 682/722), cabem as seguintes considerações:

(...)

4) As inscrições em DAV nº 70.6.04.005175-09, nº 70.7.04.001124-25, nº 70.6.04.011898-74 e nº 70.6.04.021446-37 (letras b, c, g e o da manifestação de inconformidade) encontram-se na situação Ativa Ajuizada - Garantia com a exigibilidade do crédito suspensa a partir de 01/11/2005 (fl. 684/685, 686/687, 694/695 e 713/714);

5) As inscrições em DAV nº 70.6.04.004591-26, nº 70.7.04.000956-60 e nº 70.7.04.003989-90 (letras m, n e p da manifestação de inconformidade) encontram-se na situação Ativa Ajuizada – Garantia com a exigibilidade do crédito suspensa a partir de 31/10/2005 (fl. 709/710, 711/712 e 715/716);

6) As inscrições em DAV nº 70.6.96.024641-32, nº 70.2.97.003067-45, nº 70.6.97.003799-03, 70.7.97.002770-40, nº 70.6.97.075324-56 e nº 70.2.97.025026-73 (letras h, i, j, k, l e q da manifestação de inconformidade) encontram-se na situação Ativa com ajuizamento suspenso em razão da Lei nº 10.684/2003 – PAES com a exigibilidade do crédito suspensa a partir de 23/04/2005 (fl. 696/697, 698/700, 701/703, 704/706, 707/708 e 717/718);



7) A inscrição em DAU nº 70.2.04.008898-81 (letra f da manifestação de inconformidade) não está com a exigibilidade suspensa, embora encontre-se na situação Ativa Ajuizada – Garantia (fl. 692/693);

8) As CDA nº 70.7.04.002048-93 e nº 70.7.04.004665-88 (letras r e s) encontram-se Ativas (fl. 719/722), embora a interessada tenha juntado aos autos cópias de cartas de fiança datadas de 24/10/2005 que visam servir de garantia às execuções fiscais (fl. 676 e 680).

Do exposto, constata-se que, embora a interessada venha empreendendo esforços no sentido de regularizar suas pendências junto à PGFN, restou comprovado da análise dos autos irregularidade fiscal à época da análise do seu pleito pela DERAT (as inscrições relacionadas nos itens 4, 5 e 6 não estavam com exibibilidade suspensa e as inscrições relacionadas nos itens 7 e 8 encontram-se ativas).

Deste modo, VOTO pelo indeferimento do Pedido de Revisão de Ordem de Emissão de Incentivos Fiscais.

DO RECURSO VOLUNTÁRIO

O sujeito passivo (incorporadora White Martins) apresentou recurso voluntário tempestivo às fls. 734 e 748, no qual, em síntese, aduz os argumentos que se seguem.

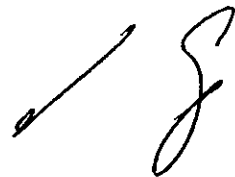
Sempre atendeu às intimações e apresentou os documentos necessários para comprovar a sua regularidade fiscal, pois a legislação não estipula em que momento deve comprovar a sua regularidade: se no pedido, no deferimento ou ao longo de todo o trâmite do processo.

Ademais, na época da apresentação do pedido já estava regular.

A incorporação da Liquid Carbonic pela White Martins extinguiu a primeira. Assim, não há que se falar em quaisquer pendências em nome da primeira. De igual sorte, a White Martins a sucedeu em todos os direitos e obrigações, o que lhe garante os benefícios fiscais.

A certidão positiva com efeitos de negativa é o documento hábil suficiente a comprovar a sua regularidade fiscal. Todavia, ainda que assim não se considere, busca ainda demonstrar que todos os débitos, parte dos quais ensejaram o indeferimento, ou estão garantidos ou suspensos.

É o relatório.



Voto

Conselheiro GUILHERME ADOLFO DOS SANTOS MENDES, Relator

A análise do favor fiscal caminhou em sentido diverso da jurisprudência deste Conselho, segundo a qual, para seu gozo, a beneficiada deve estar regular na data da entrega da declaração (e não na data do pedido de revisão ou do despacho administrativo ou em outro qualquer). Vide acórdão ilustrativo:

Número do Recurso: 153413

Câmara: PRIMEIRA CÂMARA

Número do Processo: 16327.002358/99-92

Tipo do Recurso: VOLUNTÁRIO

Matéria: IRPJ

Recorrente: ITAÚ DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Recorrida/Interessado: 10ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP I

Data da Sessão: 05/07/2007 00:00:00

Relator: Caio Marcos Cândido

Decisão: Acórdão 101-96251

Resultado: NPU - NEGADO PROVIMENTO POR UNANIMIDADE

Texto da Decisão: Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso. Ausentes momentaneamente os Conselheiros Valmir Sandri, José Ricardo da Silva e Marcos Vinicius Barros Otoni.

Inteiro Teor do Acórdão

Ementa: Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ

Ano-calendário: 1996

Ementa: PERC – MOMENTO DE COMPROVAÇÃO DA

REGULARIDADE - o momento em que deve ser comprovada a

regularidade fiscal, pelo sujeito passivo, com vistas ao gozo do

benefício fiscal é a data da apresentação da DIRPJ, na qual foi

manifestada a opção pela aplicação nos Fundos de Investimentos correspondentes.

Assim, deveria ter sido verificada a regularidade fiscal da Liquid Carbonic em 1998 e não da sua sucessora – a White Martins –, muito menos na data do despacho administrativo, vale dizer, em novembro de 2004.

Dentre os débitos que ensejaram o indeferimento administrativo, constam apenas as três inscrições em dívida ativa promovidas em 13/02/2004, conforme fl. 280, em nome de Liquid Carbonic. Os demais não servem de fundamento para o indeferimento do benefício.

Antes desta data, os créditos relativos às três inscrições estavam sob administração da Receita Federal. Assim, seria possível que fossem exigíveis já em 1998. Todavia, consta, na fl. 24, cópia de uma certidão positiva com efeitos de negativa emitida pela Secretaria da Receita Federal em 01/06/2000.

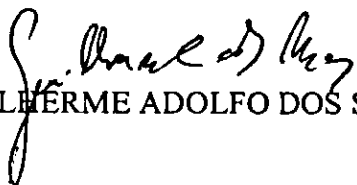


Não há no processo comprovação cabal de que a empresa estava regular em 1998; por outro lado, também não há prova em contrário. Cabe fixar a quem deve realizar tal prova.

É cediço que a SRF orienta a apresentação da prova da regularidade relativamente à data do pedido, assim como no curso do processo e não na data da entrega da declaração. Assim, se o pedido houvesse sido indeferido com base em algum débito comprovadamente contemporâneo da declaração de rendas, caberia à defesa fazer prova em contrário no recurso voluntário. No entanto, não é o caso nos presentes autos.

Voto, pois, por dar provimento ao recurso voluntário.

Sala das Sessões - DF, em 14 de agosto de 2008


GUILHERME ADOLFO DOS SANTOS MENDES

